

2618

PROBLEMÁTICAS PARA O ISOLAMENTO SOCIAL DE FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE: PRÁTICAS DO SERVIÇO SOCIAL EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO DE PORTO ALEGRE/RS

KASSIANE FLORI DO NASCIMENTO; JULIANA PAULAZZI CAVALLI ; SINARA DE ANDRADE SOUZA; AMANDA SOARES DE OLIVEIRA ; JANÁIRA DORNELES DE QUADROS D'ÁVILA; KAROPY RIBEIRO NORONHA; NATÁLIA SORIANO DA SILVA COSTA; VANESSA SOARES PATTA; VERÔNICA BARSANTI VIEIRA;
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Introdução: A pandemia de COVID-19 exigiu intervenções urgentes, tanto do ponto de vista de saúde, quanto da perspectiva político-social. Com o aumento da taxa de contágio superior ao prognóstico de desocupação de leitos hospitalares, a Organização Mundial de Saúde (OMS) estabeleceu medidas de combate à disseminação do contágio do COVID-19, dentre as quais o isolamento social, que reduz o número de contatos físicos diretos ou indiretos. No entanto, no Brasil há milhões de famílias em situação de pobreza extrema, sem acesso às condições necessárias (moradia, água encanada, renda, etc.) para garantir a adesão ao isolamento social. Esses, dentre outros fatores, implicam diretamente na efetividade da prevenção e controle da pandemia de COVID-19. Objetivo: Elucidar as práticas institucionais inovadoras no trabalho dos/as Assistentes Sociais Residentes frente à proteção social das famílias em situação de vulnerabilidade no atual contexto. Metodologia: Trata-se de um relato de práticas profissionais inovadoras de Assistentes Sociais vinculados a programas de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde (RIMS) de um Hospital Universitário de Porto Alegre/RS. Observação: Em razão dos desafios impostos pela pandemia de COVID-19, foi necessário pensar em novas estratégias para garantir a realização de avaliação social, a atuação multiprofissional e articulação intersetorial com os serviços socioassistenciais e de saúde, tanto na cidade de Porto Alegre/RS, quanto outros municípios e estados do Brasil. Portanto, passou-se a incorporar o teleatendimento e reuniões com serviços intersetoriais online na rotina de trabalho, a fim de garantir o encaminhamento de pacientes e/ou familiares para programas e serviços destinados às pessoas em situação de vulnerabilidade social, como Auxílio Emergencial, Cartão Social, Centro de Acolhimento e Isolamento Social (CAIS), entre outros. Considerações: Em poucos meses, o contágio pelo COVID-19 tornou-se uma emergência de Saúde Pública, de caráter internacional. Diante do excesso e diversidade de demandas da Ótica Social, agravadas pela pandemia da COVID-19, nunca foi tão urgente pautar a ampliação de Políticas Públicas que criem condições para a que a população em situação de vulnerabilidade possa aderir ao isolamento social. Sendo assim, observou-se as que práticas inovadoras dos/as Assistentes Sociais vinculados à RIMS contribuíram para a qualificação do atendimento e garantia de direitos sociais.

3112

O SERVIÇO SOCIAL NA GARANTIA DE ACESSO A DIREITOS A POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA: INTERFACES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA COM A ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE

KASSIANE FLORI DO NASCIMENTO; CRISTIANE SCHOSSLER GARCIA NUNES; JANAIIRA DORNELLES DE QUADROS D'ÁVILA
HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Introdução: No atual momento de pandemia de COVID-19, agudizam o risco social já existente para a população em situação de rua, e suas iniquidades relacionadas a falta de moradia, educação, saúde e segurança se agravam quando nelas estão as maiores probabilidades de contaminação e morte, o cotidiano da fome e da violência. Portanto as necessidades de acesso a direitos básicos entre eles o atendimento equânime, prioritário e de qualidade no Sistema Único de Saúde (SUS), se torna imprescindível para a proteção e garantia de cuidado a esta população que se encontra à margem dos processos de cidadania. Objetivos: Elucidar a interface do trabalho das assistentes sociais residentes do Programa de Atenção Primária à Saúde e Atenção Integral Ao Usuário de Álcool e Outras Drogas de um Hospital Universitário de Porto Alegre/RS, com vistas à garantia do acesso aos direitos da população em situação de rua. Metodologia: Trata-se de um relato das práticas inovadoras do trabalho das residentes do Serviço Social que integram a equipe multiprofissional de abordagem de rua de uma Unidade Básica de Saúde (UBS) da gerência centro de Porto Alegre/RS. Observações: Em tempos de pandemia de COVID-19, onde a população de rua acaba se tornando ainda mais invisibilizada, o Serviço Social atua de forma integrada e regionalizada com os níveis hierárquicos da rede de atenção à saúde e demais serviços socioassistenciais, realizando avaliação social para concessão do Auxílio Emergencial, matriciamento de casos com equipe especializada em Saúde Mental e Álcool Drogas, construção de Planos Terapêuticos Singulares em conjunto com a Atenção Comunitária e Atenção Hospitalar e atendimento simultâneo no espaço da rua com a Política de Assistência Social. Considerações: As abordagens de rua são realizadas de forma intersetorial e multiprofissional no intuito de atingir a maior efetividade na resolução das demandas de saúde e de cunho social. Para os atendimentos realizados na UBS observa-se que a população em situação de rua começou a reconhecer o serviço de saúde como espaço terapêutico principalmente durante o atual período de pandemia de COVID-19, encontrando acolhimento às múltiplas necessidades em saúde que se agravaram. A partir da ótica da integralidade e equidade, se proporcionou a garantia de acesso ao direitos sociais demarcados pela atuação das assistentes sociais residentes em diferentes níveis de assistência à saúde.

3164

O SERVIÇO SOCIAL NA UNIDADE DE INTERNAÇÃO PEDIÁTRICA - DESAFIOS FRENTE À PANDEMIA COVID-19

ALINE FERNANDES DE OLIVEIRA; AMANDA SOARES DE OLIVEIRA; CAROLINA DUARTE BORBA; INGRID DA SILVA VIANNA; PRISCILA MENDONÇA FERREIRA; SIMONE BEIER
HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Introdução: A pandemia da COVID-19 tem exigido novas formas de realizar tarefas da vida cotidiana. Um dos desafios consiste na necessidade do isolamento social, o acesso às informações corretas, somados ao uso de EPI'S como maiores fatores de proteção. O trabalho do assistente social (AS) na Unidade de Internação Pediátrica (UIP) do HCPA, passou por uma reorganização com o intuito de oferecer suporte às famílias das crianças internadas, considerando os contextos agravados pela pandemia. **Objetivo:** Identificar a mudança no cotidiano do trabalho do AS na UIP devido a pandemia da COVID-19. **Metodologia:** Identificação de demandas através da leitura dos prontuários, organização de escalas para plantões presenciais na UIP, realização de trabalho remoto, reuniões e discussões de caso na modalidade online, orientações diárias aos acompanhantes dos pacientes referente aos cuidados necessários para a prevenção da COVID-19, além da paramentação obrigatória como forma de proteção. A COVID-19 vem modificando os contextos familiares e desafiando o fazer profissional. As famílias apresentam dificuldades de acesso, tais como: trabalho, renda, transporte, serviços do território, alimentação, entre outras que afetam de forma significativa a qualidade de vida destas. Tais questões se acentuam neste momento de pandemia, que somadas à condição de saúde da criança, culminando em uma internação hospitalar, trazem ainda mais aflição à família. **Observações:** Os desafios do AS também se intensificaram neste momento, tais como: dificuldade no contato com a rede de serviços do território dos pacientes, encaminhamentos e acesso destes aos recursos para manutenção dos cuidados em saúde, assistência social e previdência social, restringindo de forma significativa os direitos sociais de grande parte destas famílias. Existem também situações onde o responsável pela criança apresenta sintomas sugestivos de COVID-19, sendo necessária a intervenção do AS para auxiliar a família na reorganização deste grupo para assegurar o direito da criança em permanecer acompanhada durante a sua hospitalização, conforme preconizado no ECA (1990). **Considerações:** A pandemia tensiona para que o AS da UIP busque estratégias com o propósito de garantir o acesso dos pacientes e suas famílias aos serviços de referência no território e tenham seus direitos sociais garantidos. Assim como, através do trabalho multidisciplinar, oportuniza o acesso às informações de prevenção à COVID-19.

3178

SERVIÇO SOCIAL E O REGISTRO DE NASCIMENTO: GARANTIA DO DIREITO À CIDADANIA

INGRID DA SILVA VIANNA; CAROLINA DUARTE BORBA; PRISCILA MENDONÇA FERREIRA; SIMONE BEIER
HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Introdução: A certidão de nascimento é o documento mais importante do cidadão, é ele que fornece pleno exercício da cidadania, que comprova a existência perante a sociedade e ao Estado. É a partir da confecção desta certidão que se pode acessar os direitos fundamentais, ser incluído em programas sociais, acessar os serviços de saúde, educação e assistência social. Conforme a Lei 9.534/97, todos têm direito ao registro e o mesmo deve ser realizado até 15 dias após o nascimento, entretanto segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 800 mil crianças não são registradas no primeiro ano de vida, deste modo, sendo privadas de seus direitos. **Descrição:** Relato de caso único de paciente do sexo feminino, 10 meses, procedente da região metropolitana de Porto Alegre, internou na emergência pediátrica por um quadro gripal. Residia com a família materna e seu pai. Mãe privada de liberdade. O Serviço Social foi acionado, visto que a criança internava pela segunda vez no hospital e não possuía registro de nascimento. A família já havia sido orientada a realizar o registro. Informam que perderam a Declaração de Nascido Vivo (DNV), o que impossibilitava a confecção da certidão. Foi realizada revisão no prontuário da então RN. Realizado contato com o escrivão do cartório do hospital que orientou sobre a necessidade de verificar o número da DNV em todos os cartórios para a certificação do não uso do documento. Contato com o Serviço de Arquivo Médico e informações em Saúde (SAMIS), para solicitar uma nova cópia da DNV. Após a orientação do escrivão fornecemos aos familiares os documentos necessários para a confecção da certidão. Os familiares foram orientados também sobre os direitos da criança. Foi realizado contato e envio de relatório social para os serviços do território (Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social e Unidade Básica de Saúde) para acompanhamento da família. **Considerações:** O trabalho do assistente social teve com o objetivo garantir à proteção integral da criança priorizando a efetivação de seu registro de nascimento, reconhecendo assim o seu direito humano fundamental. Ressaltamos que o olhar atento de todos os serviços da rede de atenção é necessário para que nenhum cidadão seja privado de seus direitos.

3186

AS NOVAS DIMENSÕES DO TRABALHO DO ASSISTENTE SOCIAL NA PANDEMIA DA COVID 19 EM UM HOSPITAL UNIVERSITÁRIO

ANDRÉ LUIS DA SILVA; JANAÍRA DORNELES DE QUADROS D'AVILA; MARLOVA SCHMIDT; MYRIAM FONTE MARQUES; RENATA DUTRA FERRUGEM; SIMONE GOMES COSTA
HCPA - Hospital de Clínicas de Porto Alegre

Introdução: A pandemia da COVID-19 desvela e potencializa o abismo social brasileiro, incidindo sobre o Serviço Social e demandando novas formas de organização do trabalho no Hospital de Clínicas de Porto Alegre. **Objetivo:** Apresentar as novas propostas de trabalho do Serviço Social para o atendimento aos pacientes com COVID-19. **Metodologia:** Para atendimento às unidades de internação covid (6º, 7º e 9º sul) organizou-se um grupo de cinco assistentes sociais que atuam em regime de plantão atendendo e acompanhando os pacientes e suas famílias, na maioria das vezes por teleatendimento como forma de diminuir a possibilidade de propagação do vírus. Organizou-se juntamente com cinco residentes de Serviço Social um suporte no atendimento a estas unidades. Para melhor organização do trabalho e qualificação da comunicação foi criado um huddle diário com os assistentes sociais que atendem estas unidades, a fim de realizarem a discussão dos casos e continuidade deste acompanhamento. Uma vez por semana é realizada uma reunião administrativa, a fim de discutir e qualificar os processos de trabalho. Tem-se investido na aproximação com as equipes assistenciais e com o Núcleo de Interno